



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 11 de julho de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
IBGE	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Produção tem queda de 10,26%	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Motocicletas	4
ECONOMIA	
A CRITICA	
Empresários cobram candidatos a prefeito	5
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Empresários cobram candidatos a prefeito (contunuação).....	6
TEMA DO DIA	
A CRITICA	
Primeiro Semestre	7
ECONOMIA	
A CRITICA	
Política rural.....	8
ECONOMIA	
A CRITICA	
Região Norte.....	9
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Pacotão' anticrise vai beneficiar 30 empresas	10
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Pacotão' anticrise vai beneficiar 30 empresas (contunuação)	11
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Pacotão' anticrise vai beneficiar 30 empresas (contunuação)	12
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
CAPA	13
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro.....	14
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Empresariado lista compromissos que espera de candidatos	15
POLÍTICA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Tributos e logística da região 'travam' novas fusões.....	16
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Paralisação dos servidores da Suframa pode comprometer atividades do PIM, afirma Cieam.....	17
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Fabricantes aguardam definição para produzir TVs de OLED	18

CAPA

Produção de motos tem queda de 10,2% em Manaus

A queda na produção de motocicletas no Polo Industrial de Manaus chegou a 10,26% no primeiro semestre de 2012, segundo dados divulgados ontem pela

Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicycletas e Similares). Foram fabricadas 967.901 mil unidades este ano contra 1,078 milhão de motos em igual

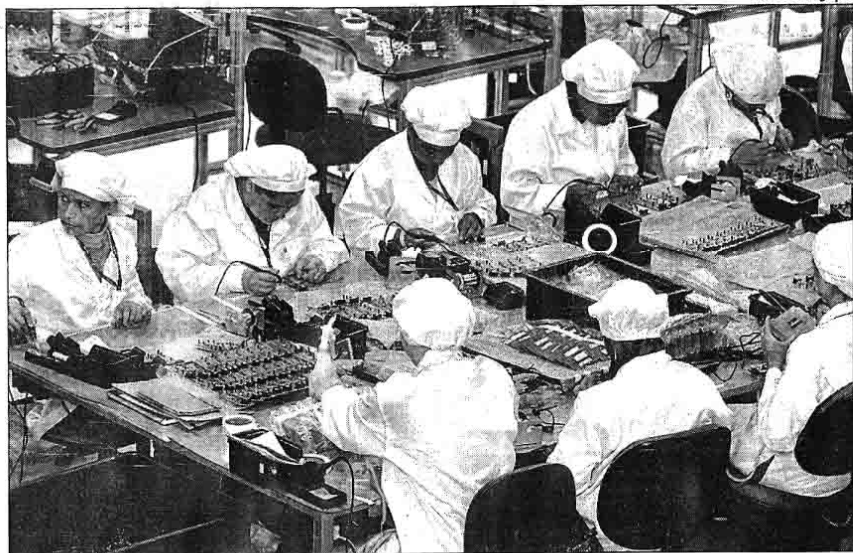
período do ano passado. A produção de junho representa o pior desempenho na comparação com os outros cinco meses do ano e também em relação à produção de cada um dos meses de 2011.

Página A6

IBGE

Emprego na indústria volta a cair em maio

Foto: Divulgação



Essa é a terceira redução consecutiva do indicador, que acumula perda de 1,1% no período

O emprego na indústria brasileira registrou queda de 0,3% em maio deste ano, em relação ao mês anterior. É a terceira redução consecutiva do indicador, que acumula perda de 1,1% no período, segundo dados da Pimes (Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário), divulgada ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O número de horas pagas também caiu na comparação de maio com abril (-0,6%), assim como o valor da folha de pagamento real, que teve uma queda de 2,5% no período.

Em relação a maio de 2011, o emprego na indústria teve queda de 1,7%, a oitava taxa negativa nesse tipo de com-

paração. O número de horas pagas caiu 2,8%, mas o valor da folha de pagamento real subiu 1,1% no período.

Doze dos 14 locais pesquisados apresentaram queda no número de pessoas empregadas, na comparação de maio deste ano com o mesmo período do ano passado. O destaque negativo ficou com São Paulo, que teve uma redução de 3,2% no emprego industrial, seguido pela Região Nordeste (-2,6%) e pelos estados do Rio Grande do Sul (-2,3%), de Santa Catarina (-1,4%), do Ceará (-3,2%) e da Bahia (-3,4%). Apenas o Paraná e Minas Gerais, com altas de 2,2% e 0,3%, respectivamente, contribuíram positivamente para o indicador.

Produção tem queda de 10,26%

Dados da associação dos fabricantes mostram redução considerável no primeiro semestre do ano

Por Juliana Geraldo

A produção de motocicletas no Amazonas já caiu 10,26% no primeiro semestre de 2012, segundo dados divulgados ontem pela Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares).

Foram fabricadas 967.901 mil unidades este ano contra 1,078 milhão de motos em igual período do ano passado.

Só em junho deste ano, quando as fábricas produziram 140.920 mil unidades, o recuo foi maior ainda (-13,63% na comparação com as 163.177 motos produzidas no mesmo mês do ano passado. A produção de junho também representa o pior desempenho na comparação com os outros cinco meses do ano e também em relação à produção de cada um dos meses de 2011.

Já na passagem de maio para junho, a retração anotada foi de 17,94%.

Todos os principais fabricantes instalados no PIM viram sua produção desacelerar durante o semestre. A Moto Honda, por exemplo, que responde por 80,27% do total fabricado no país, registrou queda de 11,07% em junho com 112.905 motocicletas e de 8,10% no acumulado do ano, quando 776.931 unidades saíram das fábricas. No ano passado, no mesmo in-

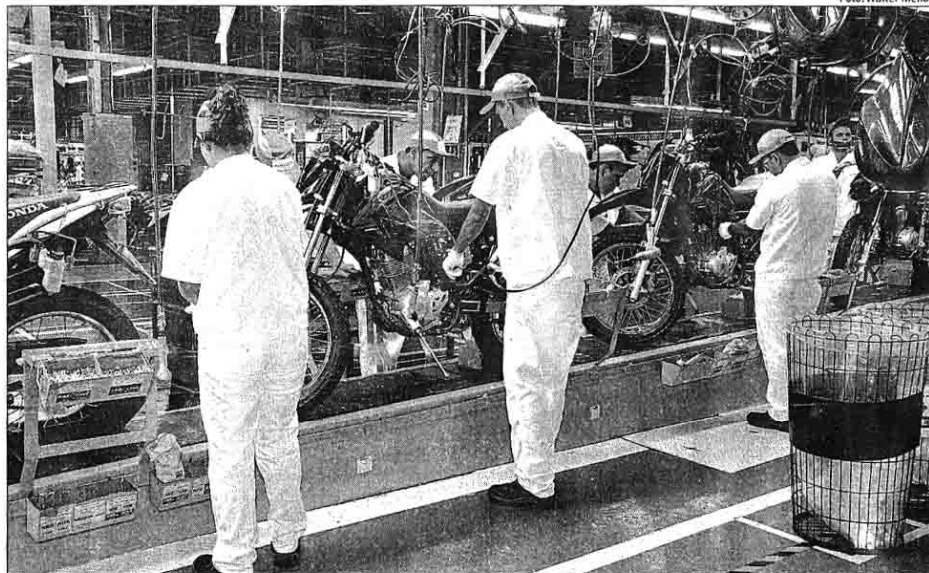


Foto: Walter Mendes

Moto Honda, que responde por 80,27% do total fabricado no país, registrou queda de 11,07% na produção em junho, segundo a Abraciclo

tervalo, 845.495 motos foram fabricadas.

A Yamaha, segunda maior fabricante do país produziu 16.753 motocicletas em junho e somou 111.346 unidades entre janeiro e junho deste ano, retração de 17,10% e 19,62%, respectivamente.

Fábricas menores absorveram o maior impacto. Foi o que ocorreu com a Kasinsky que produziu 3.429 motos em

junho, número 43,57% menor na comparação com o mesmo período de 2011 e 21.857 no acumulado de 2012, 32,222% a menos em relação ao acumulado do ano anterior.

Apenas a Dafra conseguiu segurar a produção em junho com 4.120 unidades fabricadas, anotando um leve aumento de 4,62% frente a junho de 2011. No entanto, no acumulado do ano, a produção de

25.689 motos foi 2,10% menor no comparativo com o primeiro semestre do ano passado.

Para o presidente do Simmen, (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus), Athaydes Mariano Félix, os 10% de queda já eram aguardados pelos representantes do setor devido à crise principalmente de financiamento que impactou a produção do item

no parque industrial amazônico. "Mas a queda foi mais violenta. Não imaginávamos que o impacto fosse ser tão grande e que o desaquecimento demorasse tanto a passar", lamentou.

Ele avalia que o segmento deve passar por dificuldades até o final deste, mesmo com as medidas já tomadas pelo governo federal e pelas ações do pacote de benefícios que

está sendo confeccionado pelo governo estadual, Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e pelo Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

"Até dezembro, vamos passar por dificuldades. O efeito do pacote de medidas é esperado para outubro, mas é possível que só chegue em março do próximo ano", projetou.

Por dentro

DUAS RODAS

Segundo o Sindmetal-AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas), no primeiro semestre do ano, 12.787 demissões foram homologadas no Amazonas, quase o dobro (+92,86%) em relação ao mesmo período de 2011.

Desse total, 1715 demissões partiram do setor de duas rodas, sendo o maior número de rescisões da Moto Honda, com 886 desligamentos.

Até abril, de acordo com dados mais recentes dos indicadores da Suframa, o faturamento de US\$ 2,72 bilhões do polo de duas rodas foi 5,52% no comparativo com o primeiro quadrimestre de 2011.

Motocicletas

Vendas caem 13% no primeiro semestre

As vendas de motocicletas caíram 13% no primeiro semestre do ano, com a venda de 897.252 unidades contra 1.033.443 no mesmo período do ano passado, de acordo com dados divulgados hoje (10) pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

Na comparação do mês de junho com maio, houve retração de 8,2% com a venda de 138.835 motos contra 151.316. Em relação a junho deste ano e o mesmo mês no ano passado, a queda foi de 13,6%.

No acumulado do ano, foram emplacadas 848.530 motos, enquanto no mesmo período do ano passado foram 918.137, equivalente a uma baixa de 8%, conforme levantamento mensal da Abraciclo. Em junho, foram emplacadas 123.946 unidades, 17% menos do que em maio.

Segundo o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian, o setor vem sentindo efeitos da crise econômica global e o emplacamento em junho foi um dos mais baixos da série histórica e o pior do ano.

“Isso é reflexo também da queda das vendas financiadas. Em 2011, representou 52% das vendas e, este ano, 46%. Uma parte dessa perda foi absorvida pelas vendas à vista e outra pelo consórcio, mas foi uma parcela muito pequena que não conseguiu compensar a perda dos financiamentos”.

Fermanian ressaltou que a queda dos financiamentos é explicada pela mudança na aprovação da liberação dos créditos. Anteriormente, não era cobrada entrada para os

financiamentos e o prazo para pagamento era de 48 meses. No entanto, devido à alta inadimplência, os bancos optaram por regras mais rigorosas.

“Hoje, a grande maioria dos agentes financeiros que operam com o nosso setor exigem no mínimo 20% de entrada e parcelam no máximo até 36 meses. Isso estreitou o número de consumidores aptos a comprar nessas condições. Mesmo considerando isso, há um nível de aprovação de aproximadamente 20%, com nível de restrição muito grande na aprovação do crédito”.

Para tentar amenizar os efeitos do crédito no setor, a entidade tem feito reuniões com os agentes financeiros para buscar uma maior flexibilização dos financiamentos. “Se o crédito chegasse a quatro clientes de cada dez cadastrados, já aumentaria as vendas. Os bancos justificam que as não aprovações acontecem por excesso de erros no preenchimento dos cadastros, por isso estamos recomendando que as concessionárias tenham mais cuidado para preencher os cadastros”.

A expectativa da entidade é a de que o setor feche o ano com queda nas vendas entre 10% e 15%. Fermanian lembrou que a previsão feita no final do ano passado era que as vendas em 2012 fossem 5% maiores. “Talvez essa seja a primeira vez que a Abraciclo estima uma queda porque para nós não há uma medida muito clara de recuperação gradativa no segundo semestre. Se não tiver melhoria para o crédito, vamos terminar o ano com queda”.

Empresários cobram candidatos a prefeito

LÚCIO PINHEIRO

lucio-pinheiro@critica.com.br

Ético, transparente e comprometido com a cidade e com a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Manaus. É esse o perfil de prefeito que representantes da indústria, do comércio, da agricultura e da pecuária querem ver ocupar a sede do Poder Executivo Municipal da capital amazonense a partir de janeiro de 2013.

Ontem, os empresários convocaram a imprensa para avisar que vão cobrar dos candidatos nas eleições deste ano, principalmente ao cargo de prefeito de Manaus, participação na construção dos planos de governos de cada um deles.

Os líderes empresariais, reunidos com a imprensa, no quarto andar do prédio da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), representam: 117,9 mil empregos diretos na indústria; 195 mil no comércio, em Manaus. E juntamente com o Comércio, respondem pela arrecadação mais de 86,6% da principal receita tributária do Estado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O presidente da Fieam, Antônio Silva, disse que a classe tem muito a cobrar. E não pode deixar de ser ouvida. "Precisamos cobrar que o segmento que gera a economia do Estado possa ter voz, dizer o que sente e traduzir em realidade aquelas promessas que não são cumpridas", afirmou Silva.

Uma carta aberta aos candidatos nas eleições deste ano foi divulgada à imprensa, e será encaminhada hoje a cada um dos nove postulantes ao cargo de prefeito (a) de Manaus. No documento, as entidades de classe listam compromissos que esperam ver cumpridos por prefeito e vereadores eleitos em outubro.

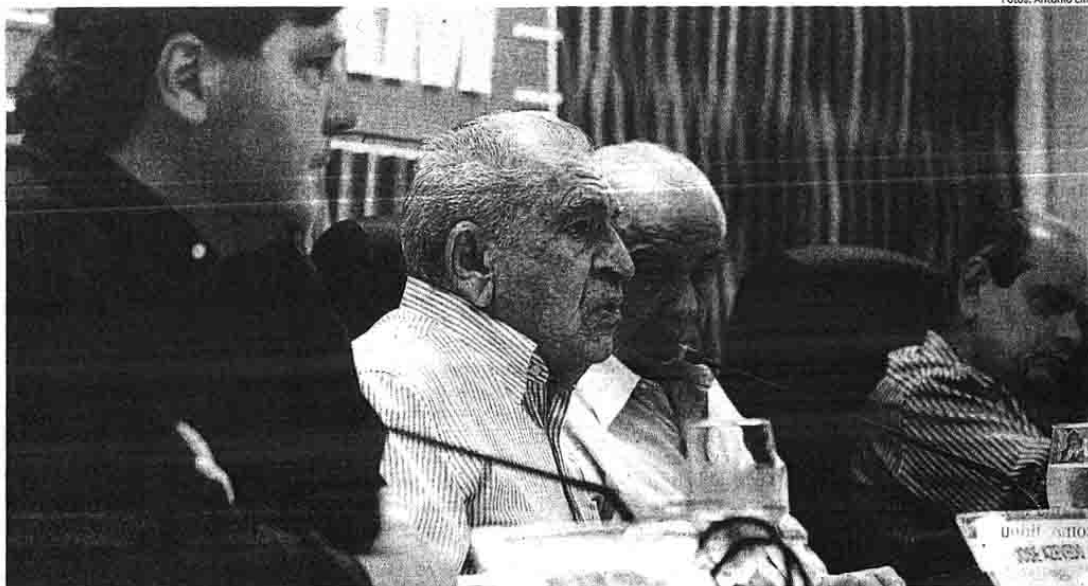


Foto: Antonio Lima

Representantes de cinco segmentos produtivos do Amazonas listaram ontem questões que querem ver honradas pelos eleitos à prefeitura e à CMM

Frase

“

“Já não é de hoje que o Polo Industrial vem sofrendo esse abandono”

Antônio Silva
Presidente da Fieam

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, disse que desagrada o descompromisso com que a Prefeitura de Manaus

Frase

“

“A situação do comércio no Centro é caótica. A malha viária é fragilizada”

Ismael Bicharra
Presidente da Aca

tem tratado o setor, sobretudo o fato de ter virado as costas para a degradação das vias do Polo Industrial de Manaus (PIM). “O que esperamos é que o próximo pre-

Frase

“

“É dever da Prefeitura de Manaus preservar as vias do PIM”

Wilson Périco
Presidente do Cieam

feito assumo esse compromisso. O PIM é o maior gerador de emprego da cidade, e, pela legislação atual, a prefeitura tem a responsabilidade e o dever de prezar

por isso”, reclamou Périco.

Para o presidente da Fecomercio-AM, José Roberto Tadros, falta responsabilidade política aos administradores de Manaus. Principalmente para resolver problemas que exigem ações impopulares, como a retirada de camelôs das ruas do Centro da cidade. “Você vai para qualquer cidade da Amazônia, você não encontra mais camelôs”, disse Tadros.

Assinam a carta aberta aos candidatos a prefeito e vereador os presidentes da Fieam, Antônio Silva, da Fecomercio, José Roberto Tadros, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (Faea), Muni Lourenço Silva Júnior, da Associação Comercial do Amazonas (ACA), Ismael Bicharra, e do Cieam, Wilson Périco.

Empresários cobram candidatos a prefeito (continuação)

Centros comerciais na periferia

Os empresários defenderam, ontem, que os camelôs devem ser instalados em centros comerciais localizados em áreas periféricas da cidade.

"Não somos contra a atividade dos camelôs. São cidadãos e chefes de família. Mas eu pergunto: De que região vêm os camelôs? Da periferia. E os clientes que compram dos camelôs, vêm da onde? Da periferia. Por que, então, não

se constrói, junto das estações de ônibus, centros comerciais para que possam exercer sua atividade de forma digna, começando como micro e pequeno empresário?", indagou o vice-presidente executivo da Faea, José Azevedo.

"Por que não mapeamos essas áreas e fazer não um, mas vários camelódromos em Manaus?", questionou Antônio Silva, presidente da Fieam.

Ação compromete a administração

A carta elaborada pela Ação Empresarial do Amazonas, composta pela Fieam, Fecomércio, Faea, Aca e Cieam, cobra do próximo prefeito e dos vereadores eleitos em Manaus comprometimento com a ética "no trato da administração pública, internamente e no seu relacionamento com toda a sociedade".

As entidades também pedem "transparência" do próximo ad-

ministrador, "dando conhecimentos e dados relacionados à administração pública municipal".

O terceiro compromisso cobrado na carta é com a melhoria da qualidade de vida em Manaus "por meio da adoção de políticas públicas e ações efetivas". As entidades também cobram dos candidatos que assumam o PIM "como vetor fundamental para o cresci-

mento sustentável da cidade".

O quinto item que os candidatos a prefeito de Manaus vão ter que se comprometer com as entidades é o de discutir com profundidade os problemas da cidade em curto, médio e longo prazos.

E a sexta cobrança é valorizar o Centro Histórico da cidade, assumindo como meta de administração o incentivo ao comércio e ao turismo da região.

Primeiro Semestre

Vendas de motos caem 13%

Abraciclo alega que setor foi afetado pela dificuldade na liberação de crédito, onde só 20% dos financiamentos são aprovados

O segmento de motocicletas registrou baixa de 13% no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados ontem pela Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares). Isso porque foram comercializadas 897.252 unidades ao mercado interno (atacado). No comparativo com maio de 2012, a retração de junho foi de 8,2%, com a venda de 138.835 unidades, ante 151.316 do mês anterior.

A diminuição na comercialização afeta, consecutivamente, a produção de motocicletas. De acordo com a entidade, em junho foram fabricados 140.920 veículos, um recuo de expressivos 18% em comparação com maio. No acumulado do ano, com 967.901 unidades produzidas no período, a retração foi na base de 10%, em comparação com os seis primeiros meses do ano passado (1.078.761).

Por sua vez, os números que traduzem a real quantidade de novas motocicletas em circulação nas ruas, com 123.946 uni-

Busca rápida



Entidade quer maior percentual

A Abraciclo diz que a intenção é conseguir que 40% das fichas de financiamentos sejam aprovadas pelas instituições financeiras, ao invés dos 20% de hoje. Os Governos Federal e Estadual devem divulgar o pacote de medidas para estimular o setor

dades emplacadas no mês, apresentam queda de 17% em relação a maio, e de 23% em comparação com o mesmo mês do ano anterior (161.766). No acumulado do ano, a baixa fica em 8% - 848.530 ante 918.137 em 2011.

LIBERAÇÃO DE CRÉDITO

Segundo a Abraciclo, o principal fator responsável pela crise vivida pelo setor é a maior seletividade e rigor enfrentado pelos consumidores para a libera-



Infoto

18 milhões frota atual de motocicletas, cuja produção anual chega a mais de 2 milhões de unidades, feitas em 12 empresas montadoras do Polo Industrial de Manaus.

65 milhões frota nacional de bicicletas. Sua produção anual ultrapassa 5 milhões de unidades. O Brasil é o 3º maior produtor mundial de bikes, atrás da China e Estados Unidos.

20 mil empregos que o setor de duas rodas gera em suas indústrias de motos e bicicletas, majoritariamente concentradas no Polo Industrial de Manaus (PIM).

ção de crédito.

"O comprador de motocicletas é, em sua grande maioria, das classes C, D e E, muitas vezes com dificuldades para a comprovação de renda. O alto índice de exigências e maior rigor imposto no fim do ano passado pelas financiadoras na aprovação das fichas faz com que apenas 20% dos consumidores aptos a arcar com o financiamento consigam a liberação do crédito. Os outros 80% são recusados e têm a compra vetada", conta Marcos Fermanian, presidente da Abraciclo, que ressalta que estão excluídos dessa amostragem os consumidores que não possuem o valor da entrada (antes dispensada e atualmente estabelecida como em 20% do total) ou das parcelas - reduzidas de 48 para um máximo de 36.

"A Abraciclo tem atuado junto aos bancos privados e redes de distribuição para melhorar as condições de aprovação dos financiamentos. Nossas associadas estão desenvolvendo estratégias para melhorar a qualidade de elaboração e preenchimento das propostas", afirma Fermanian.

Política rural

O Palácio do Planalto cogita alterar a política agrícola brasileira vigente a partir da Constituição de 1988 e da Lei 8.171/91, que a regulamentou. Tomara não constitua mais uma miragem governamental. Ao que anunciou, o Executivo deverá enviar ao Congresso Nacional Proposta de Emenda Constitucional (PEC) a partir de estudos que se encontram em fase final de elaboração a cargo de técnicos do Ministério da Agricultura e Abastecimento (Mapa) e do Ministério Público Federal (MPF), com apoio da bancada ruralista. A PEC considera a produção rural como estratégica pela União. O governo, ao conferir status de máxima prioridade ao setor, será obrigado a estabelecer políticas e metas de produção de longo prazo. O Executivo

deverá encaminhar a proposta à Câmara Federal tão logo promova os ajustes decorrentes da Rio+20. A PEC, conforme define o portal do Mapa, pretende modificar o capítulo "Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária", incluindo alguns parágrafos e simplificando-o para "Política Rural". O artigo 187 definirá a elaboração e execução da produção e da defesa agropecuária. Além dessa mudança, o artigo determinará que alterações futuras no setor deverão ser contempladas em leis complementares. Além do que será incluído dispositivo, no capítulo da Administração Pública, que tratará de ações de defesa agropecuária. Recursos precisam ser assegurados, notadamente no que diz respeito à sua execução

nas áreas de fiscalização em regiões de trânsito, como aeroportos e portos. Consta dos estudos que leis complementares "blindarão" a legislação de modificações por meio de medidas provisórias. A mudança deverá prever lei complementar específica para tratar organicamente da regulamentação de toda a produção, defesa agropecuária e ocupação territorial. O governo optou por essa via para evitar que uma simples medida provisória possa alterar os fundamentos jurídicos da política. Segundo fontes do Ministério Público Federal (MPF) o objetivo é resgatar o produtor como "ator legítimo" no debate da cadeia agropecuária em toda sua extensão e profundidade. O governo entende ser de sua responsabilidade orientar as

discussões ambientais, mas isso não pode ser feito em detrimento de quem produz. Nos termos da legislação vigente existe insegurança jurídica porque, às vezes, nem o produtor sabe a qual lei recorrer, preconiza o MPF. A PEC também pretende criar mecanismos que possibilitarão integrar as várias leis que regem o zoneamento agrícola, a produção, a defesa agropecuária, o trânsito animal e o crédito rural. Hoje, na ótica da bancada ruralista, um pecuarista precisa escolher se segue as determinações municipais, estaduais ou federais, dependendo de onde ele venderá sua carne. Com essas mudanças "o produtor não ficará tutelado sob uma fiscalização tão ampla". Em função de normas sanitárias mais eficientes, "os produtores

poderão comercializar seus produtos em diferentes regiões do país de forma mais simples". O governo, na maioria das vezes toma ciência de crimes ambientais via noticiário da imprensa, dos telejornais, principalmente. Ao objetivar uma lei que respeite os aspectos multiculturais, sociais, econômicos e geopolíticos de cada região brasileira, a nova política agrícola deverá eliminar o "choque de leis vigentes indistintamente para áreas urbanas e a zona rural". O Amazonas, por meio das autoridades governamentais, da classe política, da Faea e das entidades representativas dos trabalhadores e produtores, não pode passar ao largo do trâmite de tão importante matéria constitucional.

Oslins
Silva

e-mail:
osirissilva@gmail.
com



Região Norte

Empresas registram 14 fusões

Levantamento da KPMG Consultoria diz que negócios na Região foram firmados nas áreas de mineração, gás e óleo

RENATA MAGNENTI
renatamagnenti@acritica.com.br

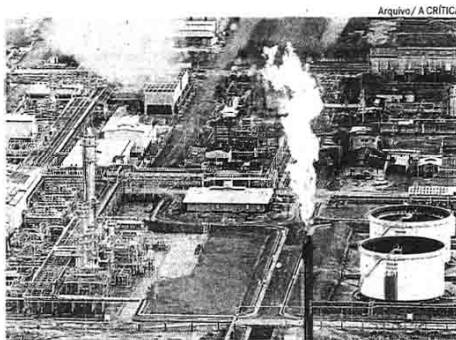
No primeiro trimestre desde ano três negócios foram firmados no Amazonas entre fusões e aquisições de empresas, segundo a KPMG Consultoria. Em toda a Região Norte, no primeiro semestre do ano, foram realizados 14 negócios. Hoje, o cenário é de cautela devido à crise econômica nacional e internacional. Porém, o interesse de estrangeiros nos negócios brasileiros e, vice-versa, tem levado muitos empreendedores a estudar novos investimentos.

De acordo com o sócio da KPMG e responsável pelo escritório da empresa em Manaus, Luciano Medeiros, o número de fusões e aquisições realizadas na Região Norte mais que dobrou se comparado o primeiro semestre

deste ano, com o mesmo período no ano passado. Saltou de cinco negócios firmados para 14.

O setor que ocupa o primeiro lugar entre as negociações firmadas é o de mineração que domina os contratos fechados no Pará, com ampla predominância da Vale, e no Amapá. Em seguida vem o setor de alimentação, bebida e tabaco e de energia. "No Amazonas, além de setores como o de gás e óleo, há muito investimento na área de infraestrutura", avaliou Luciano.

De acordo com o executivo, a negociação para se fazer uma fusão entre empresas ou mesmo uma aquisição leva em média de seis meses a um ano. São reuniões minuciosas e técnicas onde as partes envolvidas passam a se informar mais sobre o cotidiano de cada empresa. "Com a



No Amazonas, investimentos estão voltados para os setores como o de gás e óleo

crise internacional, temos empresas brasileiras fazendo fusões com outras brasileiras é o caso do Itaú e Unibanco".

No entanto, os olhos dos empreendedores estrangeiros também estão voltados às empresas brasileiras "ou" aqui "instaladas".

Pontos

Cautela na análise de cada caso

- ❖ Em caso de aquisição, os empreendedores que estão se desfazendo de seus negócios, devem ser sinceros com seus funcionários quanto a possibilidade de demissões;
- ❖ Para que uma empresa seja vendida é necessário que esteja totalmente formalizada;
- ❖ Em caso de fusão é necessário analisar todos os pontos que envolvem o negócio e se houve cortes os funcionários também devem ser informados para não gerar pânico;

Recentemente a Bramont, montadora de carros indianos instalada no Polo Industrial de Manaus (PIM), firmou negócio com uma empresa chilena que adquiriu 70% dos negócios da montadora. A Bramont permanece com faturamento na casa dos bilhões de dólares, segundo o executivo.

Mas são os entraves em investir no Amazonas é o que acaba freando ou prorrogando que um negócio seja firmado, segundo Luciano. "A situação dos portos e aeroportos em Manaus entram em discussão. Os tributos brasileiros também perturbam os estrangeiros, mas são as vantagens fiscais do PIM que garante o negócio", disse.

Quanto à burocracia, o executivo explicou que o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS), por exemplo, é praticado de forma distinta no Brasil, assim como o PIS/Cofins que não são cumulativos, como no exterior, e isso confunde a cabeça do empreendedor estrangeiro.

Mesmo em meio a crise econômica, e toda burocracia, a KPMG tem clientes que estão em negociação para firmar novos grupos econômicos.

Pacotão' anticrise vai beneficiar 30 empresas

RICHARD RODRIGUES

Equipe EM TEMPO

O polo de duas rodas pode começar a respirar aliviado. Trinta empresas do setor —fabricantes de motos e componentistas — estarão isentas de pagar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a taxa de energia elétrica e terão prazo de até 90 dias para prestar contas, também do imposto, ao fisco estadual. As medidas, dadas como certas, estarão no "pacotão" de incentivos, a ser concedido pelos governos federal e do Amazonas e anunciado nos próximos dias, segundo a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz).

De acordo com o secretário de Fazenda, Isper Abraham, os incentivos só dependem do anúncio das medidas destinadas ao segmento pelo governo federal. "Estamos juntos trabalhando com uma equipe formada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e governo federal e anunciaremos o pacote juntos, porém a parte do governo estadual está definida", assegurou o secretário, ao pontuar que, com a isenção do ICMS sobre a taxa de energia, o governo deixará de arrecadar R\$ 1,2 milhão por mês.

Abraham pontuou ainda, que os incentivos serão concedi-

dos, porém os empregos no polo deverão ser preservados. A Suframa, que já anunciou que o pacote será semelhante às medidas concedidas ao setor durante a crise econômica de 2009, informou, por meio da assessoria, que a reunião para definir os incentivos destinados ao segmento de duas rodas deverá ocorrer ainda nesta semana

REAIS

1,2

MILHÃO

Será o valor da renúncia fiscal do Estado em ICMS para beneficiar segmento de duas rodas do PIM

'Passageira'

Sobre a desoneração que poderá atender às fabricantes de motos manauenses, a autarquia afirmou que a medida deverá ser transitória, pois os envolvidos na elaboração de um plano acreditam no reaquecimento do mercado até o final deste ano. Com relação aos tributos que poderão ser reduzidos, a autarquia afirmou que eles podem ir além da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Pacotão' anticrise vai beneficiar 30 empresas (continuação)

Produção sofre queda em junho

Enquanto o tão esperado pacote não sai, a produção de motos no Polo Industrial de Manaus (PIM) esteve em baixa no mês de junho. No período, foram industrializados no parque fabril 140.920 veículos, quantidade 18% inferior à registrada em maio, segundo dados divulgados, ontem, pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

De acordo com o presidente da entidade, Marcos Fermanian, o rigor enfrentado pelos consumidores para a liberação de crédito foi o principal entrave enfrentado pelas fabricantes de motos do PIM. "O comprador de motocicletas, em sua grande maioria, pertence às classes C, D e E, tem tido dificuldades para a comprovação de renda. Diante desta situação, o alto índice de exigências e maior rigor imposto

no fim do ano passado pelas financiadoras fizeram com que apenas 20% dos que buscavam comprar o veículo tivesse o crédito liberado", disse.

Crédito restrito

O dirigente reforçou ainda que 80% dos que têm buscado financiamentos para a compra de motos não têm o crédito, porém medidas estão sendo tomadas para que o setor retorne à normalidade. "Nossas associadas estão desenvolvendo estratégias para melhorar a qualidade de elaboração e preenchimento das propostas, buscando uma diminuição na recusa das mesmas, muitas vezes desencadeada por falhas e erros simples, como o não preenchimento de alguns dados, além de trabalharmos em ações para fornecer maior segurança para as financiadoras.", destacou.

Pacotão' anticrise vai beneficiar 30 empresas (continuação)

Vendas de motos despencam

No primeiro semestre deste ano, segundo a Abraciclo, foram comercializadas 897.252 unidades no mercado interno (atacado), baixa de 13% em relação ao mesmo período do ano passado. No comparativo com maio de 2012, a retração de junho foi de 8,2%, com a venda de 138.835 unidades, ante

151.316 do mês anterior.

Dados apontam ainda que 123.946 unidades do veículo foram emplacadas no mês passado, quantidade 17% menor em relação a maio, 23% em comparação com o mesmo mês do ano anterior (161.766). No acumulado do ano, a baixa fica em 8% – 848.530 ante 918.137 em 2011.

CAPA

SOCIEDADE. Fabricantes de TV do PIM já planejam lançar modelos OLED. **PÁG 16**

Claro & Escuro

Incentivo à indústria

A medida provisória 563, que Rebecca Garcia quer ver votada até hoje, incentiva o crescimento da indústria, pois desonera vários setores econômicos da contribuição previdenciária patronal, relativa à folha de pagamento, substituindo-a pela tributação sobre o faturamento.

Empresariado lista compromissos que espera de candidatos

TEXTO Cleidimar Pedroso

FOTO Arlesson Sicsú

MANAUS

Ação Empresarial do Amazonas', grupo que reúne os presidentes de entidades de todos os setores da economia no Estado, divulgou uma carta aberta na tarde de ontem com uma lista de seis compromissos que espera que sejam assumidos pelos candidatos aos cargos de prefeito e vereador. Os representantes dos empresários também reclamaram que não são ouvidos pelos candidatos e pelos eleitos sobre as melhores decisões para a cidade. "É a primeira vez que a sociedade organizada se manifesta dessa forma. Essa é a opinião do setor responsável por 92% da arrecadação do Estado", destacou o presidente do Centro da Indústria do Amazonas (Cieam), Wilson Périco.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amazonas (Fecomercio-AM), José Roberto Tadros, explicou que a carta aberta é um diagnóstico das necessidades de Manaus que não podem ficar apenas como promessas de campanha. "Trata-se de uma visão clara do que é preciso

ser feito nas áreas da saúde, saneamento, transporte e segurança, por exemplo. Hoje não podemos exercer nossas atividades nem como cidadãos", disse Tadros, sobre a situação da cidade.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, explicou que o seguimento está preparando um calendário de reuniões para debater a carta com os candidatos à prefeitura. "Nós queremos ouvir os candidatos e que eles assinem esse

compromisso conosco".

Prioridade

O asfaltamento das vias do Distrito Industrial é apontado pelos empresários como a ação do novo prefeito mais necessária para o seguimento empresarial. As ruas do Distrito estão em péssimo estado de conservação e, segundo os empresários, até pouco tempo a prefeitura não se dizia responsável pelo problema. O seguimento estima que a recuperação urbana do Distrito chegue a custar até R\$160 milhões.

A situação dos camelôs no Centro Histórico foi outro problema considerado crítico que também deve ser solucionado pelo novo prefeito com rapidez. O seguimento apontou que tirar os camelôs do Centro é a melhor opção para o problema. "Os camelôs vêm da periferia e os clientes deles também. Organizados próximo aos grandes terminais eles estariam perto dos seus clientes", justificou o vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (Faea), José Azevedo.

COMPROMISSOS

- 1 **A ética** no trato da administração pública.
- 2 **A transparência** dos seus atos.
- 3 **A melhoria da qualidade** de vida em Manaus.
- 4 **O fortalecimento do Polo Industrial** de Manaus.
- 5 **Uma relação de grandeza** com a sociedade.
- 6 **Valorização do Centro Histórico.**



Tributos e logística da região 'travam' novas fusões

A política tributária complicada do País e a falta de estrutura logística do Amazonas emperram a fusão entre empresas internacionais e locais. Pelo menos é o que afirma a empresa de consultoria KPMG. No primeiro semestre de 2012, a companhia registrou apenas 3 fusões e aquisições de grupos empresariais no Amazonas, enquanto em toda a região Norte aconteceram 14 processos desse tipo.

Mas mesmo todos esses pontos negativos não parecem ter influenciado nos números levantados pela consultoria. Em todo o ano de 2010, apenas duas fusões e aquisições foram registradas no Amazonas, mas, no ano seguinte o salto foi de 450%, com 11 transações do tipo.

“O sistema tributário brasileiro é muito difícil, então o investidor de fora primeiro tem a barreira de entender tudo isso”, disse o gerente senior da KPMG, José Eduardo dos Santos.

O sócio da companhia, Luciano Medeiros, completou afirmando que a manutenção dos incentivos fiscais, o principal atrativo do Estado, é um dos riscos colocados ‘na balança’ pelo empresário de fora, na hora de investir em fusões ou aquisições. “O mercado de fora se preocupa muito também com as greves, e a dos auditores fiscais é um exemplo das que podem ser prejudiciais à atividade das empresas, principalmente indústrias”, analisou.

Paralisação dos servidores da Suframa pode comprometer atividades do PIM, afirma Cieam

Os servidores da Suframa decidem até amanhã, se entram em greve por tempo indeterminado. Caso a categoria inicie a paralisação, o escoamento de mercadorias do Polo Industrial de Manaus (PIM) para outras localidades deverá ser prejudicado.

A informação é do presidente do Sindicato dos Servidores

da Suframa (Sindframa), João Ricardo dos Anjos. Eles realizaram uma manifestação na manhã de ontem na sede da autarquia, com a participação de aproximadamente 40 trabalhadores. Uma assembleia seria realizada ainda nesta terça-feira, mas, em reunião com o superintendente Thomaz Nogueira,

a direção do sindicato optou por transferir o evento para quinta-feira (11). “No encontro ele (Thomaz) nos deu um retorno sobre o concurso público e se comprometeu a apresentar um plano de cargos e salários ao Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), mas todas as propos-

tas serão discutidas nessa assembleia”, disse Anjos.

O Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) ressaltou que toda a atividade do PIM é gerida pela autarquia e uma greve pode “parar a atividade industrial”, pois todas as importações e internações de mercadorias passam pelo sistema da Suframa.



A categoria tem até o dia 31 deste mês para fechar um aumento salarial

Fabricantes aguardam definição para produzir TVs de OLED

TEXTO Daisy Melo
FOTOS Divulgação

MANAUS

As telas de LEDs orgânicos (OLED), mais eficientes e capazes de produzir imagens com melhor brilho e cor do que as telas de LCD, devem começar a sair das fábricas de Manaus neste semestre.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) deve alterar, em breve, o Processo Produtivo Básico (PPB) para produção das televisões com tecnologia OLED. O motivo do ajuste é falta de exigência da instalação do 'ginga' nessas novas TVs. O 'ginga' é um sistema brasileiro de interatividade que será aplicado obrigatoriamente nos televisores produzidos a partir de 2013.

A fabricante sul-coreana LG Electronics afirmou apenas que o lançamento da TV de OLED está prevista ainda para o segundo semestre deste ano. "Não podemos precisar o mês, nem se a produção será local", informou por meio da assessoria de imprensa.

"Quando foi feito o PPB do OLED, lá atrás, não tinha sido colocado o ginga, já com o LED o PPB foi ajustado para receber o ginga, muito provavelmente nós vamos ajustar para que fique todos iguais", explicou o superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira. De acordo com ele, como a instalação do 'ginga' é uma exigência do governo, essa exigência de alteração não partirá das empresas. "As empresas se pudessem não colocariam (o ginga), não mandatoriamente, como essa é uma mudança, que a empresa não faz questão, ela não vai se mexer".

Na 257ª reunião do Conselho Administrativo da Suframa (CAS), realizada dia 28 de junho, a LG Electronics teve projeto de diversificação aprovado para produzir televisor em cores com tela de luminescência orgânica 'OLED'. Com a nova tecnologia, a empresa terá investimentos fixos no valor de

FRASE



Thomaz Nogueira.
Superintendente
da Suframa

Quando foi feito o PPB do OLED, lá atrás, não tinha sido colocado o ginga"

Ao explicar o porquê das alterações no PPB para a produção de TVs de OLED.

US\$ 9,2 milhões e adicional de 176 funcionários, o que totaliza uma mão de obra de 2.991 trabalhadores.

Tecnologia

O OLED usa compostos orgânicos que se autoiluminam dispensando bulbos ou lâmpadas fluorescentes para iluminar a tela. Já a implantação do 'ginga', que deveria iniciar em 2012, foi adiada para o próximo ano a pedido do Governo do Estado atendendo uma demanda do segmento de TV do Polo Industrial de Manaus (PIM). "Nós prorrogamos para que dê tempo do polo se adaptar e produzir de forma mais coerente. A TV digital faz com que seja obrigatório, nós precisamos nos desenvolver, o ginga é um software nacional e tem que ser usado, é importante a sua utilização para o desenvolvimento do País", comentou o secretário executivo do Mdic, Alessandro Teixeira, no anúncio do adiamento, ocorrido na 255ª reunião do CAS.

Segundo o site Infowester, o Oled tem certa semelhança com o LED, mas difere em sua composição, pois trata-se de um material formado por diodos orgânicos (constituídos com carbono) que geram luz quando recebem carga elétrica. Como o OLED é capaz de gerar luz, a tela não necessita de retroiluminação.